

Práticas Pedagógicas para promoção das relações étnicas raciais na EEMTI

Maria Neusa: avanços e desafios

Iara Cíntia Oliveira Silvino¹
Mônica Fernandes da Silva²

INTRODUÇÃO

O racismo é uma das mais persistentes e perversas formas de desigualdade social que atravessam a história do Brasil. Herança direta dos mais de 350 anos de escravidão de povos africanos e indígenas, ele consolidou um sistema de exclusão que se perpetuou de forma naturalizada, transformando a crueldade em algo socialmente aceito e banalizando a barbárie. Essa estrutura histórica sustenta desigualdades profundas e se manifesta, ainda hoje, nos mais diversos espaços sociais — na escola, no trabalho, no esporte, na mídia e nas relações familiares.

Essas práticas, muitas vezes invisibilizadas ou normalizadas, reforçam um modelo social excludente que historicamente coloca a população negra e indígena em situação de desvantagem. Essa lógica de dominação é sustentada por uma crença equivocada de superioridade racial, que, desde o período colonial, influenciou o modo como as diferenças são percebidas e hierarquizadas. Como aponta Kabengele Munanga (2004), o mito da mestiçagem serviu para mascarar o racismo brasileiro, naturalizando práticas discriminatórias e impedindo o reconhecimento das contribuições africanas e indígenas na formação nacional.

No campo educacional, essa realidade assume contornos ainda mais preocupantes, pois a escola — espaço que deveria ser de emancipação — muitas vezes reproduz o racismo estrutural, seja pela omissão curricular, seja pela falta de representatividade nos conteúdos e práticas pedagógicas. Diante disso, Nilma Lino Gomes (2007) defende a urgência de uma educação antirracista, capaz de valorizar identidades afro-brasileiras e indígenas e promover a equidade racial por meio do conhecimento crítico.

¹ Professora da EEMTI Maria Neusa Araújo Moura, Bacharel em Ciências Sociais (UVA), especialista em Gestão de Organizações Sociais (UVA) e Mestra em Antropologia Social (UFRN), iara.silvino@yahoo.com.br

² Professora da EEMTI Maria Neusa Araújo Moura. Licenciada em Letras (UVA) com especialização em Literatura Inglesa (Faculdade São Luís), especialista em Gestão Escolar (UNINTER), e Especialista em Antropologia Social (FAMEESP), monica.silva4@prof.ce.gov.br



Foi nesse cenário que, na EEMTI Maria Neusa Araújo Moura, a luta antirracista ganhou força com a criação oficial de um projeto em 2023. No entanto, sua semente foi plantada em 2022, com a implementação da eletiva “Memória e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, ministrada pela professora de Sociologia Iara Silvino. Essa disciplina marcou o primeiro contato da docente e dos educandos com as discussões étnico-raciais, exigindo estudo, sensibilidade e compromisso ético.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A eletiva “Memória e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” foi desenvolvida com base em pesquisas bibliográficas, leituras orientadas, debates e atividades interativas. A professora conduziu o processo pedagógico de forma participativa, valorizando o diálogo e a escuta sensível como instrumentos de aprendizagem. Foram utilizadas rodas de conversa, análise de situações reais de discriminação, produções artísticas e estudos dirigidos sobre a Lei nº 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas.

A pesquisa teve caráter qualitativo e foi realizada no contexto escolar, envolvendo estudantes do 1º ano do ensino médio. A observação das interações e das percepções dos educandos serviu de base para compreender as mudanças nas atitudes e na formação de consciência crítica.

REFERENCIAL TEÓRICO

O projeto fundamentou-se em autores e autoras essenciais à compreensão do racismo estrutural e à valorização das identidades negras e indígenas. Silvio Almeida (2019) evidencia que o racismo não é apenas um conjunto de ações individuais, mas “uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que produzem desvantagens ou privilégios” (ALMEIDA, 2019, p. 37). Essa perspectiva revela que o racismo é parte constitutiva das instituições sociais, sustentado por mecanismos históricos de poder e exclusão que moldam as relações sociais e perpetuam desigualdades.

Kabengele Munanga (2010) destaca, por sua vez, que a educação desempenha papel central na desconstrução dos preconceitos e na valorização das identidades negras e indígenas, sendo um instrumento capaz de promover a equidade e a justiça social. Para o autor, “é através da educação que se pode reeducar a sociedade, desmascarando o



racismo e formando cidadãos conscientes do valor da diversidade cultural” (MUNANGA, 2010, p. 22). Sua reflexão reforça que o enfrentamento ao racismo exige um compromisso pedagógico contínuo, pautado na reconstrução de saberes e no reconhecimento das contribuições dos povos historicamente silenciados.

Já Lilia Schwarcz (2019) contribui ao demonstrar como a história oficial brasileira foi construída sobre o apagamento das narrativas afro-brasileiras, legitimando uma visão eurocêntrica que naturaliza desigualdades. Como observa a autora, “a história do Brasil foi contada a partir do ponto de vista das elites brancas, como se os negros fossem apenas figurantes e não sujeitos da própria história” (SCHWARCZ, 2019, p. 45). Ao trazer essa crítica, Schwarcz convida a educação a revisitar seus embasamentos e a incluir múltiplas vozes na construção do conhecimento histórico, garantindo visibilidade e representatividade.

Além das análises acadêmicas, o projeto valorizou a literatura e o pensamento negro, apresentando aos alunos autoras e autores como Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo, Djamila Ribeiro, Machado de Assis e Emicida. Essas vozes permitiram aos estudantes perceber a força da resistência e da criatividade negra, compreendendo a arte e a escrita como formas de enfrentamento e reconstrução da própria identidade. Ao refletirem sobre ancestralidade, memória e pertencimento, os alunos reconheceram que a cultura afro-brasileira é um dos pilares da identidade nacional, e que a valorização dessas expressões é também um ato político e educativo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados foram expressivos: os estudantes demonstraram interesse crescente por narrativas históricas mais autênticas, que reconhecem tanto o sofrimento imposto pela escravidão quanto a riqueza cultural e política da população negra e indígena.

As atividades realizadas — exposições, debates, produções culturais e apresentações — ampliaram o diálogo sobre racismo dentro da escola e inspiraram práticas pedagógicas mais inclusivas. A instituição passou a ser reconhecida como um espaço de escuta, acolhimento e valorização da diversidade. Professores de outras áreas também se engajaram,



integrando a temática às suas disciplinas, o que evidencia o poder transformador de uma educação verdadeiramente antirracista.

Apesar dos avanços, o racismo estrutural ainda se manifesta de forma sutil e persistente, inclusive no ambiente escolar — seja por meio de piadas, apelidos, estereótipos ou omissões curriculares. Como ressalta Djamilia Ribeiro (2017), é essencial promover o “lugar de fala”, ou seja, garantir que as vozes negras ocupem espaços de protagonismo e decisão. Combater o racismo exige uma ação coletiva que envolva estudantes, professores, gestores, famílias e toda a comunidade. Mais do que um projeto, trata-se de um compromisso ético e político com a construção de uma sociedade justa, plural e antirracista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto desenvolvido na EEMTI Maria Neusa Araújo Moura reafirma o papel transformador da escola na construção de uma educação antirracista e emancipadora. Ao promover o diálogo, o respeito e a valorização da diversidade cultural, a escola se torna um território de resistência e esperança. A luta contra o racismo não se encerra em um ano letivo — ela é contínua, cotidiana e exige coragem, empatia e compromisso coletivo. Racismo é crime. Racismo mata. E deve ser combatido todos os dias, com consciência, educação e ação coletiva, para que a igualdade deixe de ser um ideal e se torne uma realidade vivida.

Palavras-chave: Educação, Antirracista, Resistência, Práticas, Identidade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. Racismo Estrutural. São Paulo: Pólen, 2019.
- GOMES, Nilma Lino. Educação e Diversidade: aprendendo com a diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- BRASIL. Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira’, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2003.
- MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Artigo disponível <https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59> acessado março de 2023.
- _____. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus



identidade negra. Petrópolis: Vozes, 2004.
_____. Superando o racismo na escola. Brasília: MEC/SECAD, 2005.
RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017.
SCHWARCZ, Lilia Moritz. Sobre o autoritarismo brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.

